

COM RELAÇÃO AOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS E O PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO FORMALIZADO PELA UNIMED BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, CNPJ Nº. 04.201.372/0001-37, COM RELAÇÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02-2021, NO TOCANTE AO TERMO DE REFERÊNCIA QUE FUNDAMENTARÁ A CONTRATAÇÃO, ENCAMINHO ABAIXO AS CONSIDERAÇÕES DA EQUIPE DE APOIO AO PREGÃO:

1 - Em primeiro lugar, chamamos atenção para o item 5.3 do Anexo I do edital (Termo de Referência) o qual preconiza a inclusão como dependentes de pai/padrasto e/ou mãe/madrasta, nos seguintes termos:

5.3 -Inclusão de pai ou padrasto, a mãe ou madrasta, dependentes economicamente do servidor ativo ou inativo, conforme declaração anual de IR, que constem no seu assentamento funcional, poderão ser inscritos no plano de saúde contratado pela SUDAM desde que o valor do custeio seja assumido integralmente pelo próprio servidor, observados os mesmos valores per capita por ele contratados e na modalidade de pagamento diretamente para a operadora de saúde contratada, conforme os procedimentos adotados pela mesma.

De acordo com a resolução normativa 60/2017 que editou o Manual de Normas e Procedimentos de Auxílio à Saúde Suplementar da SUDAM, especialmente no item 4.3.3 constitui uma faculdade da Operadora a aceitação de agregados e não da SUDAM, conforme documento em anexo.

Da forma como o edital está escrito isso seriam uma faculdade da SUDAM e não da Operadora. Assim, como as operadoras de saúde trabalham com produtos registrados na ANS, a determinação de obrigatoriedade dessa prerrogativa da SUDAM, limita sobremaneira os interessados e restringe a competição.

Além disso, constitui fator que afeta o oferecimento da proposta, pois invariavelmente tais agregados compõem uma faixa etária mais elevada e isso encarece o plano de saúde, em prejuízo à administração pública e violação do princípio da obtenção da proposta mais vantajosa, além de não estar de acordo com a pesquisa de mercado que instrumentalizou o processo, já que como esses agregados não constam da base de dados do RH fatalmente não podem compor o pool de risco que será considerado para precificação da proposta.

A DEFINIÇÃO DOS DEPENDENTES DO PLANO DE SAÚDE A SER CONTRATADO PELA SUDAM TOMOU COMO FUNDAMENTO LEGAL A PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 9 DE MARÇO DE 2017, QUE EM SUA SESSÃO II DETALHA QUEM SÃO AS PESSOAS APTAS A SEREM BENEFICIÁRIAS DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE:

Seção II

Dos Beneficiários do Plano de Assistência à Saúde Suplementar

Art.5º Para os fins desta Portaria Normativa, são beneficiários do plano de assistência à saúde:

I - na qualidade de servidor, os inativos e os ocupantes de cargo efetivo, de cargo comissionado ou de natureza especial da Administração Pública federal direta, suas autarquias e fundações;

II - na qualidade de militar de ex-Território, os militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima;

III - na qualidade de dependente do servidor ou do militar de ex-Território:

a) o cônjuge, o companheiro ou a companheira na união estável;

b) o companheiro ou a companheira na união homoafetiva, obedecidos os mesmos critérios adotados para o reconhecimento da união estável;

c) a pessoa separada judicialmente, divorciada, ou que teve a união estável reconhecida e dissolvida judicialmente, com percepção de pensão alimentícia;

d) os filhos e enteados, até a data em que completarem 21(vinte e um) anos de idade ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

e) os filhos e enteados, entre 21 (vinte e um) e até a data em que completarem 24 (vinte e quatro) anos de idade, dependentes economicamente do servidor e estudantes de curso regular reconhecido pelo Ministério da Educação; e

f) o menor sob guarda ou tutela concedidas por decisão judicial, enquanto permanecer nessa condição.

IV - o pensionista de servidor ou de militar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais do Amapá, de Rondônia e de Roraima.

§ 1º A existência do dependente constante das alíneas "a" ou "b" do inciso III deste artigo exclui a assistência à saúde do dependente constante da alínea "c" do mesmo inciso.

§ 2º Equipara-se ao servidor, referido no inciso I deste artigo, o ocupante de emprego público de órgão da Administração Pública Federal direta ou de uma de suas autarquias e fundações.

#### ESTE MESMO NORMATIVO EM SEU ARTIGO 39 AFIRMA:

Art. 39. O pai ou padrasto, a mãe ou madrastra do servidor ou do militar de ex-Território, **poderão** ser inscritos no plano de saúde contratado ou conveniado pelo órgão ou entidade, desde que o valor do custeio seja assumido integralmente pelos próprios ou pelo titular, observados os mesmos valores com ele conveniados ou contratados, de acordo com a faixa etária do beneficiário.

CONFORME EVIDENCIA-SE NO TEXTO LEGAL, A INCLUSÃO NO PLANO DE SAÚDE DE PAI, PADRASTO, MÃE E MADRASTA DO SERVIDOR TITULAR É UMA FACULDADE DA SUDAM. A OPÇÃO POR INCLUÍ-LOS NESTA CONTRATAÇÃO FOI MOTIVADA PELO PERFIL DOS SERVIDORES DA AUTARQUIA, QUE HOJE CONTAM COM ESTA ASSISTÊNCIA.

A ADMINISTRAÇÃO DA SUDAM TEM CIÊNCIA DE QUE SE TRATA DE UM PÚBLICO USUÁRIO COM PERFIL DE MAIOR UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE, O QUE PODERÁ IMPACTAR NA SINISTRALIDADE DO PLANO DE SAÚDE E EM SEU CUSTO MENSAL, PORÉM TRATA-SE DE UM QUANTITATIVO PERCENTUAL PEQUENO DE PESSOAS, ALÉM DO QUE ESTA DESPESA NÃO SERÁ CUSTEADA PELA SUDAM.

DESTACAMOS QUE A EQUIPE DA SUDAM RESPONSÁVEL PELO CERTAME TOMOU O CUIDADO DE ENCAMINHAR PREVIAMENTE A MINUTA DO TERMO DE REFERÊNCIA POR OCASIÃO DA PESQUISA DE PREÇOS, JUSTAMENTE PARA QUE AS OPERADORAS DE SAÚDE PUDESSEM APRESENTAR SUAS PROPOSTAS DE VALORES CONSIDERANDO TODAS AS PARTICULARIDADES DA FUTURA CONTRATAÇÃO.

POR TRATAR-SE DE CONDIÇÃO CONSONANTE COM A LEGISLAÇÃO E QUE VEM AO ENCONTRO DA NECESSIDADE DO ÓRGÃO E DE SEUS SERVIDORES, DISCORDAMOS DA AFIRMATIVA DA UNIMED BELÉM QUE DIZ QUE “a determinação de obrigatoriedade dessa prerrogativa da SUDAM, limita sobremaneira os interessados e restringe a competição”. SUGERIMOS, DESSA FORMA, SUA MANUTENÇÃO.

2 - Em segundo lugar, levamos ao conhecimento de Vossas Senhorias a necessidade de reconsiderar a forma de exigência do item 5.6 do Termo de Referência atinente à manutenção de dependentes e caso de falecimento do servidor. Vejamos o item:

5.6 - Após o falecimento do servidor, os dependentes referidos no inciso III, poderão permanecer no plano de assistência à saúde de que trata Termo de referência, **nas mesmas condições contratuais**, mediante opção a ser efetivada junto a SUDAM.

Essa redação não está de acordo com o que preconiza a Lei 9656/98 que dispõe sobre os planos de saúde. De acordo com essa norma, a manutenção do contrato se dá nas mesmas condições de cobertura assistenciais e não contratuais.

Art. 30. Ao consumidor que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de **rescisão** ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, **nas mesmas condições**

**de cobertura assistencial** de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

§ 3º Em caso de morte do titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelo plano ou seguro privado coletivo de assistência à saúde, nos termos do disposto neste artigo.

Art. 31. Ao aposentado que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, pelo prazo mínimo **de dez** anos, é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, **nas mesmas condições de cobertura assistencial** de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

§2º Para gozo do direito assegurado neste artigo, observar-se-ão as mesmas condições estabelecidas nos §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 6º do art. 30.

**NOVAMENTE RESSALTAMOS QUE A DEFINIÇÃO DOS DEPENDENTES DO PLANO DE SAÚDE A SER CONTRATADO PELA SUDAM TOMOU COMO FUNDAMENTO LEGAL A PORTARIA NORMATIVA Nº 1, DE 9 DE MARÇO DE 2017, QUE EM SEU ARTIGO 6º TRATA DOS CASOS DE FALECIMENTO DO SERVIDOR BENEFICIÁRIO TITULAR:**

Art. 6º Após o falecimento do servidor ou do militar de ex-Território, os dependentes referidos no inciso III do art. 5º desta Portaria Normativa poderão permanecer no plano de assistência à saúde de que trata esta Portaria Normativa, **nas mesmas condições contratuais**, mediante opção a ser efetivada junto ao órgão ou entidade de origem.

§ 1º Caberá ao órgão ou entidade comunicar o falecimento do servidor, do militar de ex-Território ou do pensionista à operadora de plano de saúde na data de ciência do falecimento ou na forma estabelecida em contrato ou convênio.

§ 2º O órgão ou entidade deverá comunicar o dependente da possibilidade de permanência no plano, de forma inequívoca.

§ 3º A opção de que trata o caput deverá ser efetivada em até 30 (trinta) dias, contados da data de comunicação a que se refere o § 1º deste artigo.

§ 4º O dependente que optar por permanecer no plano de assistência à saúde, na forma do caput, **deverá assumir integralmente seu custeio, exceto na qualidade de pensionista.**

**DE FATO, PERCEBE-SE A DIVERGÊNCIA ENTRE OS DISPOSITIVOS LEGAIS NO QUE TANGE A RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO MENSAL DO PLANO DE SAÚDE: A LEI 9656/98 PREVÊ QUE O CUSTEIO SERÁ INTEGRAL PELO PENSIONISTA QUE OPTOU PELA MANUTENÇÃO DO PLANO E NA PORTARIA NORMATIVA A PREVISÃO É DE QUE A CONDIÇÃO INICIAL DE CONTRATAÇÃO COM O TITULAR FALECIDO SEJA MANTIDA, PORÉM, CONSIDERANDO QUE NA PRÁTICA O PENSIONISTA DE SERVIDOR FALECIDO DA SUDAM CONTINUARÁ RECEBENDO PELO ÓRGÃO SEUS PROVENTOS MENSAIS E QUE A SUDAM COMPROMETE-SE COM O PAGAMENTO MENSAL DO PLANO DE SAÚDE, NÃO OBSERVAMOS O DESCUMPRIMENTO LEGAL NO TEXTO EM COMENTO. PORTANTO, SUGERIMOS SUA MANUTENÇÃO.**

3- Ainda, em relação ao item 15.1.27 temos a considerar que de acordo com a nova lei geral de proteção de dados pessoais, tal compartilhamento é vedado (Lei 13.790), pois se trata de dado pessoal sensível de titularidade do servidor.

"15.1.27- Disponibilizar mensalmente, relatórios estatísticos mensais não sigilosos de utilização de todos os serviços discriminados por grupo familiar e por tipo de evento".

Com efeito, na forma do art. 11 da lei 13.790 (LGPD), o tratamento de dados sensíveis apenas pode ocorrer em determinadas hipóteses legais, donde não se inclui a finalidade especificada no referido item editalício. Vejamos o art. 11:

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

I - quando o titular ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

- a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;
- b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;
- c) realização de estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral, este último nos termos da [Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 \(Lei de Arbitragem\)](#) ;
- e) proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiro;
- f) tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou [\(Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019\)](#) Vigência
- g) garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos, resguardados os direitos mencionados no art. 9º desta Lei e exceto no caso de prevalecerem direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.

REGISTRAMOS A INFORMAÇÃO DE QUE O PÚBLICO USUÁRIO DO PLANO DE SAÚDE A SER CONTRATADO PELA SUDAM É O MESMO QUE ATUALMENTE USUFRUI DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERTADA PELO ÓRGÃO NO MODELO DE GESTÃO PRÓPRIA E QUE ESTAS INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS PERSONALIZADAS DO USO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E DOS PROCEDIMENTOS AUTORIZADOS/REALIZADOS, JÁ SÃO DE CONHECIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DA SUDAM, QUE AS UTILIZA PARA AS TRAMITAÇÕES DE PAGAMENTO AOS SERVIÇOS CONTRATADOS.

DESTA FORMA DISCORDAMOS DA AFIRMATIVA DE QUE A EMISSÃO DOS RELATÓRIOS EM QUESTÃO INFRINGE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, UMA VEZ QUE SE TRATA DE “RELATÓRIOS ESTATÍSTICOS MENSAIS NÃO SIGILOSOS DE UTILIZAÇÃO DE TODOS OS SERVIÇOS DISCRIMINADOS POR GRUPO FAMILIAR E POR TIPO DE EVENTO”, PORTANTO NÃO SÃO INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS PERSONALIZADAS. OUTROSSIM, ESTE ATENDIMENTO ESTÁ LEGALMENTE AMPARADO NO ARTIGO 11, ALINEA II DA LEI 13.709/2018, UMA VEZ QUE A CONTRATAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PLANO DE SAÚDE AOS SERVIDORES DA SUDAM ESTÁ INSERIDO NAS AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA, PREVISTAS NA PORTARIA Nº 2.293, DE 23 DE OUTUBRO DE 2014 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

DESTACAMOS QUE A NECESSIDADE DESSAS INFORMAÇÕES PARA A ADMINISTRAÇÃO DA SUDAM DIZ RESPEITO À FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL, QUANTO AO VOLUME DE UTILIZAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE, O QUE DEFINIRÁ SUA SINISTRALIDADE E BALIZARÁ A PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA FUTUROS REAJUSTES CONTRATUAIS, CONFORME O ITEM 22 DO TERMO DE REFERÊNCIA. DESSE MODO, SUGERIMOS SUA MANUTENÇÃO NO TERMO DE REFERÊNCIA.

Atenciosamente,

**IVAN LIMA ARAUJO**

*Analista Técnico Administrativo*

*Seção de Atividades Administrativas Auxiliares - SAD*

*Coordenação de Gestão Administrativa - CGA*

*Fones: (91) 4008-5697 / (91) 4008-5551 / (91) 98713-5442*

*[ivan.araujo@sudam.gov.br](mailto:ivan.araujo@sudam.gov.br)*